

Resolução nº 0922/2016-CR

Dispõe sobre julgamento do **Auto de Infração nº 822375**, em nome da empresa **Transporte Coletivo Brasil Ltda.**, conforme processo nº **20100029000369**.

O Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para exercer a regulação, o controle e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação modificada pela Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011;

Considerando o disposto no inciso VIII, do art. 11, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999 e o inciso VIII, do art. 4º, do Decreto 8.498, de 02 de dezembro de 2015, que estabelecem que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo Conselheiro Presidente, deverão ser por ele deliberados;

Considerando o disposto na Lei nº 8.987/95, Decreto nº 2.521/98, ambos da ANTT que dispõem sobre a exploração mediante permissão e autorização de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, e ainda o Convênio firmado entre ANTT/AGR, conferindo poderes à última para a fiscalização do transporte interestadual de passageiros nas rodovias estaduais;

Considerando o disposto na Resolução nº 233, de 25 de junho de 2003, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, que regulamenta a imposição de penalidades por parte da ANTT, no que tange ao transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

Considerando que a empresa **Transporte Coletivo Brasil Ltda.**, **infringiu o art. 2º, Inciso III, alínea “d” da Resolução nº 3.075/2009-ANTT**, alterar sem previa comunicação a ANTT o esquema operacional da linha, foi autuada em **30/12/2009**, nos termos do **Auto de Infração nº 822375**;

Considerando que a autuada apresentou defesa não conhecida, por falta de documentos comprobatórios do poder de gerência do seu representante legal e, levando em conta as manifestações constantes do processo que passam a ser parte integrante desta decisão;

Considerando a decisão uniforme do Conselho Regulador, em reunião realizada no dia **15/06/2016**,

R E S O L V E:

Art. 1º - Não conhecer da defesa apresentada pela empresa **Transporte Coletivo Brasil Ltda.**, por falta de amparo legal, mantendo os efeitos legais do **Auto de Infração nº 822375**.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 27 dias do mês de junho de 2016.

Ridoval Darci Chiareloto
Conselheiro Presidente

S